



## Carta de João Pessoa

31 de Julho de 2017

Nós, Secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras e seus representantes, reunidos no XI Encontro Nacional do Fórum CB27, em João Pessoa, sentimo-nos mais fortalecidos e atuantes a cada reunião. O compromisso de manter o grupo coeso e unido nos permite aprofundar debates necessários para a gestão ambiental brasileira e enfrentar os desafios comuns às cidades.

Para nós, o licenciamento ambiental é essencial para a implantação das políticas ambientais no município. Nas últimas décadas, o movimento preconizado pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e pelas legislações nacionais vão na direção da descentralização e maior autonomia do ente municipal. Porém, o cenário de crises política e econômica, e uma série de propostas de revisão de leis consagradas, como a do licenciamento, ameaçam retroceder esse movimento. Isso porque tramitam no Congresso Nacional Projetos de Lei e outros instrumentos que preveem alterações na atribuição do município nos processos de licenciamento de obras de infraestrutura. Dessa maneira, retiram a nossa prerrogativa de nos posicionar com relação a intervenções que têm impacto direto sobre nossos territórios.

Enquanto as capitais estão caminhando para aprimorar suas práticas de licenciamento - que podem servir de modelos replicáveis a outros locais - existem ainda uma série de entraves políticos e administrativos. Situações de tensionamento com o Ministério Público em determinados contextos e a limitada capacidade técnica e de recursos humanos nas secretarias, impõem-se como desafios que exigirão ações prioritárias por parte do CB27.

Em discussão durante o presente encontro, chegamos ao consenso nas seguintes questões:

- **Avançar a cooperação entre as capitais:** Tomando como exemplo as experiências apresentadas neste evento, em especial por Fortaleza e Rio Branco, o CB27 entende como diretriz comum a necessidade de simplificação dos processos e utilização de plataformas digitais para a concessão de licenças e interação com o empreendimento solicitante. A capital cearense, por exemplo, modificou sua estrutura ao adotar sistemas online e viabilizou resultados positivos de arrecadação financeira e de conhecimento mais aprofundado sobre a cidade, em especial o controle urbano-ambiental. Inspirados nessa experiência, recomendamos, ainda, que as gestões concentrem esforços nas ações de fiscalização e monitoramento. É um compromisso das capitais seguir cooperando para desenvolver seus próprios sistemas, por meio de intercâmbio de informações e missões técnicas entre as cidades.
- **Garantir participação do município no licenciamento ambiental:** Desde o X Encontro Nacional do CB27, realizado em Brasília, nós, secretários municipais de meio ambiente das capitais, nos posicionamos de forma contrária ao Projeto de Lei 3.729/04, que determina a Lei Geral de Licenciamento Ambiental. Este documento, cuja relatoria é do Deputado Mauro Pereira (PMDB/RS). Dessa maneira, vamos nos aliar à campanha e estratégia da ANAMMA Nacional pela retirada desse PL e subsequente substituição por nova versão que garanta o papel do município no processo de licenciamento, incluindo salvaguardas ambientais.
- **Aprimorar relacionamento com o Ministério Público:** Capitais vão buscar relacionamento mais colaborativo com os Ministérios Públicos nos seus contextos estaduais. Desta forma, propõe-se a criação de um grupo de trabalho com vocação jurídica, composto por secretários interessados, para apresentar uma estratégia para enfrentamento a essa questão. O GT será inicialmente composto por João Pessoa, Belo Horizonte, Belém, Rio de Janeiro e Campo Grande. O objetivo é apresentar essa estratégia no Encontro Nacional de Recife.
- **Viabilizar repasse do TCFA:** O CB27 está alinhado à estratégia proposta pela ANAMMA de garantir o repasse da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental aos municípios. A associação tem empreendido esforços junto ao IBAMA e o Ministério



do Meio Ambiente para acordar sobre os procedimentos para o repasse da TCFA aos municípios. Em Campinas, ANAMMA e IBAMA firmaram Protocolo de Intenções para avançar a colaboração nesse sentido.

Acordou-se, portanto, que as capitais passarão exigir em seus processos de licenciamento a apresentação do comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. O CB27 vai se juntar à ANAMMA e à Fundação SOS Mata Atlântica no diálogo com o IBAMA para viabilizar o repasse desses recursos.

- **Compilação das bases de cobrança de licenciamento:** Com a intenção de contribuir, ainda mais, para o aperfeiçoamento do processo de licenciamento, o CB27 vai conduzir um estudo sobre as taxas e bases de cálculo de arrecadação em todas as capitais. O objetivo desse estudo é identificar as diversas abordagens e como é possível otimizá-las, adaptando as melhores práticas para os contextos locais. Fortaleza coordenará essa avaliação.
- **Ação sobre logística reversa:** Tomando como exemplo a experiência de Porto Alegre, nós do CB27 vamos estimular as capitais que tenham interesse a realizar ações civis públicas conjuntas para exigir a implantação da logística reversa em cada capital, gerando maior atenção a essa pauta no debate público.
- **Acesso a financiamento:** Nós daremos continuidade às discussões sobre facilitação do acesso a financiamento nacional e internacional para os municípios. Para isso, mapearemos os principais interlocutores e instituições financiadoras, com as quais manteremos diálogos por meio de envio de cartas e conversas bilaterais. Para alcançar esse objetivo, formaremos um grupo de cidades com experiência no acesso à financiamento internacional para formular a proposta de diálogo com esses grupos, formado por Fortaleza, Maceió, João Pessoa, Recife e Vitória.

Por fim, agradecemos a caminhada conjunta com as instituições Fundação Konrad Adenauer, pelo apoio institucional e financeiro, e com ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, pela parceria institucional. Valorizamos, também, o apoio da Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa para a realização bem sucedida do evento.

Nós, Secretários de Meio Ambiente das capitais presentes ao XI Encontro Nacional do Fórum Nacional dos Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras – CB27, subscrevemos a carta:

- |  |  |
|--|--|
| 1. <b>Augusto César de Mendonça Viana</b> , Aracaju                                  | 12. <b>Jorge Souza</b> , Macapá  |
| 2. <b>Carlos Fabricio Dias</b> , Belém   | 13. <b>Gustavo Acioli</b> , Maceió   |
| 3. <b>Mário Werneck</b> , Belo Horizonte   | 14. <b>Evercino Moura dos Santos Jr.</b> , Palmas  |
| 4. <b>José Marcos da Fonseca</b> , Campo Grande, representado por Berenice Domingues | 15. <b>Yaylei Jesini</b> , Porto Velho   |
| 5. <b>Jackson Souza</b> , Cuiabá   | 16. <b>Bruno Schwambach</b> , Recife, representado por Maurício Guerra                   |
| 6. <b>Sérgio Galante Tocchio</b> , Curitiba, representado por Dâmaris Seraphim       | 17. <b>Aberson Carvalho de Sousa</b> , Rio Branco  |
| 7. <b>André Lima</b> , Distrito Federal, representado por Nazaré Soares              | 18. <b>Justino Carvalho Neto</b> , Rio de Janeiro  |
| 8. <b>Nelson Mattos</b> , Florianópolis  | 19. <b>André Fraga</b> , Salvador  |
| 9. <b>Maria Águeda Muniz</b> , Fortaleza   | 20. <b>Maria de Lourdes Cavalcanti Fialho</b> , São Luís, representada por Brena Bringel |
| 10. <b>Gilberto Marques</b> , Goiânia, representado por Sandro Parreira de Castro    | 21. <b>Olavo Braz</b> , Teresina   |
| 11. <b>Abelardo Jurema Neto</b> , João Pessoa  | 22. <b>Luiz Emanuel Zouain da Rocha</b> , Vitória  |

Com união e empenho, João Pessoa, 31 de julho de 2017.